



**“BRASIL – DO CABURÁ AO CHUÍ”  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

Lauda n.º 1 de 8

**CONCURSO PÚBLICO PROCURADOR DA CMBV 001/2016  
PRIMEIRO ADITAMENTO AO EDITAL N° 001/2016**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA - CMBV**, no uso de suas atribuições legais, considerando contrato celebrado e em conformidade com art. 37, inciso II da Constituição da República e com a Lei Municipal nº 1.646, de 27 de outubro de 2015, torna público O PRIMEIRO ADITAMENTO AO EDITAL N°. 001/2016 do concurso público de provas, destinado a selecionar candidatos para o provimento de vagas para o cargo da Carreira de Procurador da Câmara Municipal de Boa Vista-RR, publicado no Diário Oficial do Município nº. 4208 de 22/07/16, conforme a seguir.

**1. Alterar o Anexo I – Cronograma de Atividades, que passará a vigorar da seguinte forma:**

**ANEXO I  
CRONOGRAMA PREVISTO PARA AS ATIVIDADES**

<b>Data</b>	<b>Atividades</b>
22/07/2016	Publicação do Edital.
25 e 26/07/16	Período para impugnação do Edital
<b>01/08 a 08/09/16</b>	<b>PERÍODO DAS INSCRIÇÕES.</b>
01/08 e 12/08/16	Período para inscrição com solicitação de Isenção da taxa de inscrição
01/08 e 15/08/16	Período para entrega da documentação da solicitação de Isenção da taxa de inscrição, <b>conforme subitem 3.13.2 do Edital.</b>
17/08/16	Resultado Preliminar das Solicitações de Isenção da taxa de inscrição.
18 e 19/08/16	Recurso contra o Resultado Preliminar das Solicitações de Isenção da taxa de inscrição.
22/08/16	Resultado Final das Solicitações de Isenção da taxa de inscrição.
<b>09/09/16</b>	<b>Último dia para pagamento do Boleto Bancário para efetivação da Inscrição.</b>
09/09/16	Último dia para Protocolar requerimento de Solicitação de Condição especial para realização da Prova.
13/09/16	Homologação Preliminar dos Inscritos (disponibilizado no endereço <a href="http://cpc.uerr.edu.br/concurso/">cpc.uerr.edu.br/concurso/</a> - <i>Área do Concurso para Procurador da CMBV</i> )
14 e 15/09/16	Interposição de recurso contra a Homologação Preliminar dos Inscritos.
21/09/16	Homologação Final dos Inscritos – a partir das 16h (disponibilizado no endereço <a href="http://cpc.uerr.edu.br/concurso/">cpc.uerr.edu.br/concurso/</a> - <i>Área do Concurso para Procurador da CMBV</i> )
<b>27/09/16</b>	<b>Divulgação dos Locais de prova.</b>
<b>16/10/16</b>	<b>Data de Realização da Prova Objetiva (Matutino)</b>
<b>16/10/16</b>	<b>Data de Realização da Prova Subjetiva (Vespertino)</b>
17/10/16	Publicação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva a partir das 16h.
18 e 19/10/16	Interposição de recurso contra o Gabarito Preliminar.
26/10/16	Divulgação do Gabarito Oficial. (Após análise dos recursos)
04/11/16	Divulgação do Resultado Preliminar da Prova Objetiva, a partir das 16h.
07 e 08/11/16	Interposição de recurso contra o Resultado Preliminar da Prova Objetiva.
11/11/16	Divulgação do Resultado Final da Prova Objetiva.
29/11/16	Divulgação do Resultado Preliminar da Prova Discursiva.
01 e 02/12/16	Interposição de recurso contra o Resultado Preliminar da Prova Discursiva.

Câmara Municipal de Boa Vista

Palácio João Evangelista Pereira de Melo – Controladoria Geral

Avenida Capitão EneGarcêz, 1264 - São Francisco - CEP 69 301 160-www.cmbv.org.br - Boa Vista - Roraima



**“BRASIL – DO CABURÁ AO CHUÍ”  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

Lauda n.º 2 de 8

12/12/16

Resultado Final do Concurso

**2. Alterar o Anexo III – Conteúdos Programáticos que passarão a vigorar conforme segue:**

**ANEXO III  
CONTEUDOS PROGRAMÁTICOS**

**ATENÇÃO: TODA A LEGISLAÇÃO CITADA NOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS SERÁ UTILIZADA PARA ELABORAÇÃO DE QUESTÕES LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO AS ATUALIZAÇÕES/ALTERAÇÕES VIGENTES ATÉ A DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.**

**1. LÍNGUA PORTUGUESA**

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. Domínio da ortografia oficial. Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. Emprego de tempos e modos verbais. Domínio da estrutura morfosintática do período. Emprego das classes de palavras. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. Emprego dos sinais de pontuação. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Emprego do sinal indicativo de crase. Colocação dos pronomes átonos. Reescrita de frases e parágrafos do texto. Significação das palavras. Substituição de palavras ou de trechos de texto. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). Aspectos gerais da redação oficial. Finalidade dos expedientes oficiais. Adequação da linguagem ao tipo de documento. Adequação do formato do texto ao gênero.

**2. LEGISLAÇÃO ESPECIAL**

Regimento Interno da Câmara Municipal de Boa Vista. Lei Orgânica do Município de Boa Vista. Lei Municipal nº 1.646/2015. Lei Municipal nº 1.677/2016. Lei Complementar Federal nº 95/1998.

**3. DIREITO CONSTITUCIONAL**

Teoria do Poder Constituinte, origens e fundamentos. Classificações das normas constitucionais. Evolução constitucional do Brasil. Constituição: conceito e classificação. Normas constitucionais: classificação. Preâmbulo, normas constitucionais programáticas e princípios constitucionais. Disposições constitucionais transitórias. Hermenêutica constitucional. Poder constituinte. Controle de constitucionalidade: direito comparado. Sistema brasileiro. Evolução histórica. Normas constitucionais inconstitucionais. Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto e declaração conforme a constituição. Inconstitucionalidade por omissão. Teoria do Controle da Constitucionalidade. O controle da Constitucionalidade no Brasil. O controle de constitucionalidade das normas municipais. Ação direta de inconstitucionalidade: origem, evolução e estado atual. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Da declaração de direitos: histórico; teoria jurídica e teoria política. Direitos e garantias individuais e coletivos. Princípio da legalidade e da reserva legal. Princípio da isonomia. Regime constitucional da propriedade. Princípio do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data. Liberdades constitucionais. Jurisdição constitucional no direito brasileiro e no direito comparado. Direitos difusos coletivos e individuais homogêneos. Direitos sociais e sua efetivação. Princípios constitucionais do trabalho. Direito à

Câmara Municipal de Boa Vista

Palácio João Evangelista Pereira de Melo – Controladoria Geral

Avenida Capitão EneGarcêz, 1264 - São Francisco - CEP 69 301 160-www.cmbv.org.br - Boa Vista - Roraima



## **“BRASIL – DO CABURÁ AO CHUÍ” CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

Lauda n.º 3 de 8

Nacionalidade. Direitos Políticos. Estado federal: conceito e sistemas de repartição de competência, direito comparado, discriminação de competência na Constituição de 1988, Intervenção federal, Princípio da simetria constitucional. Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários. Organização dos Poderes: mecanismos de freios e contrapesos. União: competência. Estado-membro; poder constituinte estadual: autonomia e limitações. Estado-membro: competência e autonomia. Administração pública: princípios constitucionais. Servidores públicos: princípios constitucionais. Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo. Poder Executivo: presidencialismo e parlamentarismo; ministro de Estado. Presidente da República: poder regulamentar; medidas provisórias. Crimes de responsabilidade do presidente da República e dos ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa. Poder Legislativo: prerrogativas e vedações. Comissão Parlamentar de Inquérito. Processo Legislativo. Poder Judiciário: organização; estatuto constitucional da magistratura. Supremo Tribunal Federal: organização e competência. Súmula Vinculante. Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público. Superior Tribunal de Justiça: organização e competência. Justiça federal: organização e competência. Justiça do trabalho: organização e competência. Ministério Público: princípios constitucionais. Advocacia Pública: representação judicial e extrajudicial das pessoas jurídicas de direito público; consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo; organização e funcionamento. Limitações constitucionais do poder de tributar. Ordem econômica e ordem financeira. Intervenção do Estado no domínio econômico. Direitos e interesses das populações indígenas. Interesses difusos e coletivos. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A posição constitucional do município brasileiro na Constituição de 1988. Criação, desmembramento, anexação, incorporação e fusão de municípios. A Fiscalização do Município. O Controle Interno. O Controle Externo - Competência dos Tribunais de Contas. O Controle Popular. Controle dos atos municipais pelos Tribunais. Os Poderes constituídos do Município: do Executivo. Atribuições e Responsabilidade do Prefeito Municipal. Do Legislativo Municipal. Composição e atribuições. Jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores em matéria constitucional.

### **4. DIREITO CIVIL**

Lei de introdução às normas do direito brasileiro. Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo. Eficácia das leis no espaço. Pessoas naturais. Conceito. Início da pessoa natural. Personalidade. Capacidade. Direitos da personalidade. Domicílio. Pessoas jurídicas. Disposições Gerais. Constituição. Extinção. Sociedades de fato. Associações. Fundações. Bens imóveis, móveis e públicos. Fato jurídico. Negócio jurídico. Disposições gerais. Invalidez. Prescrição. Disposições gerais. Decadência. Obrigações. Características. Adimplemento pelo pagamento. Inadimplemento das obrigações – disposições gerais e mora. Contratos. Princípios. Contratos em geral. Disposições gerais. Responsabilidade civil objetiva e subjetiva. Obrigação de indenizar. Dano material. Jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores em matéria de Direito Civil.

### **5. DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Novo Código de Processo Civil - Lei Federal nº 13.105/2015 e legislação especial. Princípios gerais do processo civil. Fontes. Lei processual civil. Eficácia. Aplicação. Interpretação. Direito Processual Intertemporal. Critérios. Jurisdição. Conceito. Característica. Natureza jurídica. Princípios. Limites. Competência. Critérios determinadores. Competência originária dos Tribunais Superiores. Competência absoluta e relativa. Modificações. Meios de declaração de incompetência. Conflitos de competência e de atribuições. Direito de ação. Elementos. Condições. Classificação e critérios identificadores. Concurso e cumulação de ações. Conexão e continência. Processo: Noções gerais. Relação Jurídica Processual. Pressupostos Processuais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e



**“BRASIL – DO CABURÁ AO CHUÍ”**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

Lauda n.º 4 de 8

prejudiciais. Sujeitos Processuais. Juiz. Mediadores e Conciliadores. Princípios. Poderes. Deveres. Responsabilidades. Impedimentos e Suspeição. Organização judiciária federal e estadual. Sujeitos Processuais. Partes e Procuradores. Capacidade e Legitimação. Representação e Substituição Processual. Litisconsórcio. Da Intervenção de Terceiros. Da Assistência. Da Denúnciação da Lide. Do Chamamento ao Processo. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Do *Amicus Curiae*. Advogado. Ministério Público. Auxiliares da Justiça. A Advocacia Pública. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo. Fatos e atos processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazos. Comunicações. Nulidades. Procedimento comum. Aspectos Gerais. Fases. Petição inicial. Requisitos. Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido. Resposta do réu. Impulso processual. Prazos e preclusão. Prescrição. Inércia processual: contumácia e revelia. Formação, suspensão e extinção do processo. Contestação. Reconvenção. Das Providências preliminares e do Saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Audiências. Conciliação e Mediação. Instrução e julgamento. Distribuição do ônus da prova. Fatos que independem de prova. Depoimento pessoal. Confissão. Prova documental. Exibição de documentos ou coisas. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial. Exame e valoração da prova. Produção Antecipada de Provas. Da Tutela Provisória: Tutelas de Urgência e de Evidência. Fungibilidade. Princípios Gerais. Protesto, notificação e interpelação. Arresto. Sequestro. Caução. Busca e Apreensão. Exibição. Justificação. Sentença. Conceito. Classificações. Requisitos. Efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença. Do cumprimento da Sentença. Coisa julgada. Conceito. Espécies. Limites. Remessa Necessária. Meios de impugnação à sentença. Ação rescisória. Recursos. Disposições Gerais. Apelação. Agravos. Embargos de Declaração. Embargos de Divergência. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recursos nos Tribunais Superiores. Reclamação e correição. Repercussão geral. Súmula vinculante. Recursos repetitivos. Liquidação de Sentença. Espécies. Procedimento. Cumprimento da sentença. Procedimento. Impugnação. Processo de Execução. Princípios gerais. Espécies. Execução contra a Fazenda Pública. Regime de Precatórios. Requisições de Pequeno Valor. Execução de obrigação de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa. Embargos de Terceiros. Exceção de pré-executividade. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução. Ação Popular. Ação Civil Pública. Aspectos processuais. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Mandado de Segurança Coletivo. *Habeas Data*. O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Medida Cautelar. Declaração incidental de inconstitucionalidade. Ações Cíveis Constitucionais. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Juizado Especial da Fazenda Pública. Ação de Improbidade Administrativa. Jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores em matéria de Processo Civil aplicáveis ao novo código de Processual Civil e demais procedimentos previstos em legislação processual específica.

## **6. DIREITO TRIBUTÁRIO**

O Estado e o poder de tributar. Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário. Norma tributária. Espécies. Vigência e aplicação. Interpretação e integração. Natureza. Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. Crédito tributário. Conceito. Natureza. Lançamento. Revisão. Suspensão, extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Repetição do indébito. Responsabilidade tributária. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. Garantias e privilégios do crédito tributário. Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Impostos da União. Impostos dos estados e do Distrito Federal. Impostos dos municípios. Repartição das receitas tributárias. Dívida ativa e certidões negativas. Lei Complementar Federal nº 118/2005. O Código Tributário do Município de Boa Vista. O IPTU



**“BRASIL – DO CABURÁ AO CHUÍ”**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

Lauda n.º 5 de 8

progressivo no tempo. A desapropriação com pagamento de títulos. Jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores em matéria Tributária.

## **7. DIREITO ADMINISTRATIVO**

Conceito de administração pública sob os aspectos orgânico, formal e material. Conceito de direito administrativo. Fontes do direito administrativo: doutrina e jurisprudência na formação do direito administrativo. Lei formal. Regulamentos administrativos, estatutos e regimentos; instruções; princípios gerais; tratados internacionais; costume. Descentralização e desconcentração da atividade administrativa. Relação jurídico-administrativa. Personalidade de direito público. Conceito de pessoa administrativa. Teoria do órgão da pessoa jurídica: aplicação no campo do direito administrativo. Classificação dos órgãos e funções da administração pública. Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência. Concentração e desconcentração de competência. Ausência de competência: agente de fato. Hierarquia. Poder hierárquico e suas manifestações. Administração Pública direta e indireta. Autarquias. Agências reguladoras e executivas. Fundações públicas. Empresa pública. Sociedade de economia mista. Entidades paraestatais, em geral. Fatos da administração pública: atos da administração pública e fatos administrativos. Formação do ato administrativo: elementos; procedimento administrativo. Validade, eficácia e auto-executoriedade do ato administrativo. Atos administrativos simples, complexos e compostos. Atos administrativos unilaterais, bilaterais e multilaterais. Atos administrativos gerais e individuais. Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. Controle do ato administrativo. Ato administrativo inexistente. Atos administrativos nulos e anuláveis. Revogação, anulação e convalidação dos atos administrativos. Teoria das nulidades no direito administrativo. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. Processo Administrativo (Lei Federal nº 9.784/1999). Contrato administrativo: discussão sobre sua existência como categoria específica; conceito e caracteres jurídicos. Formação do contrato administrativo: elementos. Licitação: conceito, modalidades e procedimentos; dispensa e inexigibilidade de licitação. Execução do contrato administrativo: princípios; teorias do fato do príncipe e da imprevisão. Extinção do contrato administrativo: força maior e outras causas. Espécies de contratos administrativos. Convênios administrativos. Consórcios públicos (Lei Federal nº 11.107/2005). Terceiro setor. Parcerias público privadas (Lei Federal nº 11.079/2004). Poder de polícia: conceito; polícia judiciária e polícia administrativa; liberdades públicas e poder de polícia. Principais setores de atuação da polícia administrativa. Serviço público: conceito; caracteres jurídicos; classificação e garantias. Usuário do serviço público. Concessão de serviço público: natureza jurídica e conceito; regime jurídico financeiro. Extinção da concessão de serviço público; reversão dos bens. Permissão e autorização. Bens públicos: classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público. Domínio público hídrico: composição; regime jurídico das águas públicas. Domínio público aéreo. Domínio público terrestre: evolução do regime jurídico das terras públicas no Brasil: terras urbanas e rurais; terras devolutas. Vias públicas; cemitérios públicos; portos. Recursos minerais e potenciais de energia hidráulica: regime jurídico. Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso; ocupação; aforamento; concessão de domínio pleno. Limitações administrativas: conceito. Zoneamento. Polícia edilícia. Zonas fortificadas e de fronteira. Florestas. Tombamento. Servidões administrativas. Requisição da propriedade privada. Ocupação temporária. Desapropriação por utilidade pública: conceito e fundamento jurídico; objeto da desapropriação e competência para desapropriar; procedimentos administrativo e judicial; indenização. Desapropriação por zona. Direito de extensão. Retrocessão. “Desapropriação indireta”. Desapropriação por interesse social: conceito, fundamento jurídico e espécies; função social do imóvel rural. Evolução do regime-jurídico no Brasil. Controle interno e externo da administração pública. Sistemas de controle jurisdicional da administração pública: contencioso administrativo e sistema da jurisdição una. Controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro. Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração



## **“BRASIL – DO CABURÁ AO CHUÍ” CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

Lauda n.º 6 de 8

pública: evolução histórica e fundamentos jurídicos. Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado. Responsabilidade patrimonial do Estado por atos da administração pública no direito brasileiro. Controle da atividade financeira do Estado: espécies e sistemas. Tribunal de Contas da União e suas atribuições. Entendimentos com caráter normativo exarado pela Corte de Contas. Agentes públicos: servidor público e funcionário público; natureza jurídica da relação de emprego público; preceitos constitucionais. Funcionário efetivo e vitalício: garantias; estágio probatório. Funcionário ocupante de cargo em comissão e função de confiança. Servidores públicos. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis. Servidores Públicos Municipais. Lei Municipal n° 812/2005. Lei Complementar Municipal n° 003/2012. Improbidade administrativa. Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. Procedimento administrativo. Instância administrativa. Representação e reclamação administrativas. Pedido de reconsideração e recurso hierárquico próprio e impróprio. Prescrição administrativa. Setor energético e suas relações com a economia, o desenvolvimento social, a tecnologia e o meio ambiente. Lei Geral das Agências Reguladoras. Advocacia pública consultiva. Hipóteses de manifestação obrigatória. Aspectos de responsabilidade do parecerista pelas manifestações exaradas e do administrador público, quando age em acordo e quando age em desacordo com tais manifestações. Lei de Improbidade (Lei Federal n° 8.429/1992). Bens municipais: conceito e classificação. Administração. Uso. Aquisição e alienação. Serviços e obras municipais: serviços públicos, obras públicas e formas e meios de execução. Poder de polícia do Município Os Conselhos populares, os Conselhos Municipais, as audiências públicas. Infrações político-administrativas. Os atos de improbidade Administrativa previstos no Estatuto da Cidade. Jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores em Direito Administrativo.

### **8. DIREITO FINANCEIRO**

Orçamento municipal. Elaboração. Tipos. Princípios. Natureza. Matéria orçamentária. Execução. Créditos adicionais. O Plano plurianual. A Lei de diretrizes orçamentárias. A lei do orçamento anual. Princípios Orçamentários. Receita e Despesa. Finanças Municipais. A atividade financeira do Município. Fiscalidade e extra-fiscalidade. Receita Pública. Modalidades. Receitas correntes e receitas de capital. Fases da receita pública. Impostos e taxas municipais. Contribuição de melhoria. Contribuições para-fiscais. Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública. Empréstimos. Limite do endividamento. Garantias. Formalidades. Dívida pública. Títulos públicos. Despesa pública. Técnica de realização. Fases da despesa pública. A Lei de Responsabilidade Fiscal. O Orçamento Participativo. Jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores em matéria de Direito Financeiro.

### **9. DIREITO AMBIENTAL**

Histórico, conceito, fontes e fundamentos do Direito Ambiental. Princípios gerais de Direito Ambiental. A proteção do meio ambiente na Constituição Federal e na Constituição do Estado de Roraima. Competência em matéria ambiental. Lei Complementar Federal n° 140/2011. Bens ambientais. Política Nacional do Meio Ambiente. Lei Federal n° 6.938/1981. Licenciamento Ambiental. Sistema Estadual de proteção ambiental. Lei Complementar Estadual n° 007/1994. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Lei Federal n° 9.985/2000. Código Florestal. Lei Federal n° 12.651/2012 e Decretos Federais que regulamentam a citada lei. Política Nacional de Recursos Hídricos e Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Saneamento básico. Parcelamento do solo urbano e a proteção do meio ambiente. Dano ambiental. Conceito. Caracterização. Responsabilidade administrativa. Infrações e sanções administrativas ambientais. Responsabilidade civil. Responsabilidade criminal. O direito ambiental e as mudanças climáticas. A Política Nacional de Mudanças Climáticas. Termo de ajustamento de conduta ambiental no âmbito administrativo e judicial. Proteção do meio ambiente em juízo: Mandado de segurança. Ação Civil Pública. Ação Popular. Desapropriação. Jurisprudência



**“BRASIL – DO CABURÁ AO CHUÍ”  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

Lauda n.º 7 de 8

Ambiental dos Tribunais Superiores. Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Meio ambiente urbano. Controle da poluição sonora e visual.

### **10. DIREITO URBANÍSTICO**

Uso e ocupação de solo urbano. Zoneamento. Poder de polícia municipal. Parcelamento do solo (Lei Federal nº 6.766/1979). Limitações ao direito de propriedade. Controle das construções e do uso. Estatuto da cidade. Instrumentos de política urbana. Usucapião especial de imóvel urbano. Usucapião coletivo. Plano diretor. Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso. A utilização compulsória do solo urbano. Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Instrumentos da política urbana no Estatuto da Cidade. A função social da propriedade no Estatuto da Cidade. O direito à ordem urbanística no Estatuto da Cidade. As diretrizes da política urbana no Estatuto da Cidade. Do parcelamento, da edificação e da utilização compulsória no Estatuto da cidade. Os planos diretores e a função social da propriedade urbana na Constituição de 1988. O Direito de Superfície. O Direito de Preempção. A outorga onerosa do direito de construir. As operações urbanas consorciadas. A transferência do Direito de Construir. Desapropriação Urbanística. Os Planos Diretores como Instrumento da Política Urbana. Estudo de Impacto de Vizinhança. A Gestão Democrática da Cidade. A regularização fundiária. A usucapião especial de imóvel urbano. A usucapião especial coletiva de imóvel urbano. A concessão especial para fins de moradia. A regularização de loteamentos clandestinos e irregulares. Lei Municipal nº 926/2006. Lei Municipal nº 925/2006. Lei Municipal nº 924/2006. Jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores em Direito Urbanístico.

### **11. DIREITO ELEITORAL**

Conceito e fundamentos. Fontes do Direito Eleitoral. Princípios de Direito Eleitoral. Hermenêutica eleitoral. Poder representativo. Sufrágio. Natureza. Extensão do sufrágio. Valor do sufrágio. Modo de sufrágio. Formas de sufrágio. Organização eleitoral. Distribuição territorial. Sistemas eleitorais. Justiça Eleitoral. Características institucionais. Órgãos e composição. Diversificação funcional das atividades da Justiça Eleitoral. Competências. Justiça Eleitoral e o controle da legalidade das eleições. Ministério Público Eleitoral. Composição. Atribuições. Ministério Público Eleitoral e lisura do processo eleitoral. Capacidade eleitoral. Requisitos. Limitações decorrentes de descumprimento do dever eleitoral. Alistamento eleitoral. Ato de alistamento. Fases do alistamento. Efeitos do alistamento. Cancelamento e exclusão. Revisão do eleitorado. Elegibilidade. Registro de candidaturas. Impugnações ao registro de candidaturas. Inelegibilidades. Inelegibilidades constitucionais. Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais. Arguição judicial de inelegibilidade. Partidos políticos. Sistemas partidários. Criação, fusão e extinção dos partidos políticos. Órgãos partidários. Filiação partidária. Fidelidade partidária. Financiamento dos partidos políticos, controle de arrecadação e prestação de contas. Garantias eleitorais. Liberdade de escolha. Proteção jurisdicional contra a violência atentatória à liberdade de voto. Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político. Transporte de eleitores das zonas rurais. Propaganda eleitoral. Conceito. Pesquisas e testes pré-eleitorais. Propaganda eleitoral em geral. Propaganda eleitoral na imprensa. Propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Direito de resposta. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Captação irregular de sufrágio. Inquérito civil eleitoral. Atos preparatórios à votação. Processo de votação. Apuração eleitoral. Diplomação. Recurso contra expedição de diploma. Realização de novas eleições e convocação do segundo colocado. Ações judiciais eleitorais. Representações. Ação de impugnação de registro de candidatura. Ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder. Ação por captação irregular de sufrágio. Ação por captação ou gasto ilícito de recursos para fins eleitorais. Ação de impugnação de mandato eletivo. Recursos eleitorais. Jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores em matéria eleitoral.

**Observação: Não sugerimos Bibliografia**

Câmara Municipal de Boa Vista

Palácio João Evangelista Pereira de Melo – Controladoria Geral

Avenida Capitão EneGarcêz, 1264 - São Francisco - CEP 69 301 160-www.cmbv.org.br - Boa Vista - Roraima



**“BRASIL – DO CABURÁ AO CHUÍ”  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

Lauda n.º 8 de 8

---

**3. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Edital.**

Boa Vista-RR, 25 de julho de 2016.

**ANTÔNIO ADBERTO RESENDE VERAS**  
Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista